



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

BIBLIOTECA
DO
SENADO FEDERAL

Seção II

ANO XXV - N.º 92

TERÇA-FEIRA, 18 DE AGOSTO DE 1970

BRASÍLIA - DF

SENADO FEDERAL

ATA DA 105.ª SESSÃO EM 17 DE AGOSTO DE 1970

4.ª Sessão Legislativa Ordinária da 6.ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. FERNANDO CORRÉA

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Lobão da Silveira — Sebastião Archer — Victorino Freire — Petrônio Portella — Sigefredo Pacheco — Duarte Filho — Pessoa de Queiroz — José E. Mírio — Leandro Maciel — José Leite — Antônio Fernandes — Eurico Rezende — Aurélio Vianna — Carvalho Pinto — José Feliciano — Fernando Corrêa — Ney Braga — Mello Braga — Mem de Sá.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Corrêa) — A lista de presença acusa o comparecimento de 20 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a Sessão. Vai ser lida a Ata.

C Sr. 2.º-Secretário procede à leitura da Ata da Sessão anterior que é, sem debate, aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Corrêa) — Há oradores inscritos. Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Vianna.

O SR. AURÉLIO VIANNA (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e nobres Senadores, não me posso furtar de fazer um pequeno comentário a artigo que li, num dos grandes jornais da Guanabara, da lavra de um jornalista de peso, profundo conhecedor dos problemas nacionais, particularmente, dos da grande zona do Nordeste, sobre a situação em que se encontra

aquela região, quando não calcinada pelas sécas, vítima das chuvas verdadeiramente diluvianas.

O artigo, da lavra do jornalista Murilo Marroquim, está subordinado ao título "Do Inferno..." — isto é, o inferno das sécas — "... ao Dilúvio". Observando a situação do Nordeste, transformado numa das zonas mais críticas do País, o jornalista Murilo Marroquim declara, no seu estudo, que o espetáculo das águas é tão cruel quanto da ausência delas; que as frentes de trabalho, criadas pelo Governo, se aliviam a fome das populações desamparadas não chegam a matá-la.

O nordestino das zonas alcançadas pelas sécas ou pelo excesso de água de chuvas está vivendo um drama só comparável ao de 1877.

Faz uma revelação para aqueles que se interessam pelo problema do Nordeste — a de que, naquela imensa área, a perda de água, pela evaporação ou pela absorção, atinge a um volume impressionante que alcança 96%.

O sistema é da picareta, é da enxada e do uso das mãos, numa volta a um passado que já deveria estar totalmente aniquilado ou sepultado.

Se o Governo não quer ser paternalista, exigindo do homem sofrido do Nordeste que trabalhe, paga-lhe um salário que não dá sequer para seu sustento próprio, quanto mais para o da sua família.

Então aquêle jornalista, na sua missão de esclarecer, declara que viu, em frentes de trabalho, homens distanciados mais de duzentos quilômetros de suas casas, distância que têm que cobrir em 14 dias, levando suprimentos às suas famílias, suprimentos que

têm que ser adquiridos com os magros dois cruzeiros diários que eles recebem nas frentes de trabalho abertas. E então o jornalista traz uma conclusão terrível: qual a consequência do salário-fome, do salário miserável que percebe o nordestino, naquelas frentes de trabalho, tendo que economizar, comendo pouco ou quase não comendo diariamente, fazendo uma refeição magra porque não pode fazer as três? Economiza para alimentar, muito mal, os filhos e a esposa e o resultado é este: o envelhecimento precoce e a morte a mais longo prazo.

O Governo está numa situação difícil, reconhecemos. Terá que sustentar milhares de pessoas desabrigadas, terá que atender as indústrias, principalmente a canavieira, que sofreram o impacto das chuvas e algumas delas perderam quase todo o canavial, perderam quase toda a safra e não estão em condições de sustentar os trabalhadores da sua área. Se, nas frentes de trabalho, o salário diário é de Cr\$ 2,00, em geral o salário-mínimo não alcança a mais de Cr\$ 4,00 diárias. É o subemprego ou o desemprego em massa.

Uma das grandes revistas do nosso País fez um estudo sério e impressionante das condições do Nordeste e concluiu que, só em Pernambuco, na heróica e valorosa cidade do Recife, mais de quatrocentas mil pessoas encontram-se desempregadas.

É um problema que se agrava cada dia e desafia o Governo, que já se encontra a braços com problemas graves da maior relevância, como esse com que se defronta agora, de gravidade excepcional, porque a meta de cada governo é o homem e o homem se encontra na situação a que nos referimos.

EXPEDIENTE

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

WILSON MENEZES PEDROSA
SUPERINTENDENTE

LENYR PEREIRA DA SILVA
Chefe da Divisão Administrativa

MAURO GOMES DE ARAÚJO
Chefe da Divisão Industrial

NELSON CLEÔMENIS BOTELHO
Chefe da Seção de Revisão

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SEÇÃO II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 20,00
Ano	Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre	Cr\$ 40,00
Ano	Cr\$ 80,00

O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,02

Tiragem: 15.000 exemplares

O Sr. José Ermírio — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. AURELIO VIANNA — Com grande prazer.

O Sr. José Ermírio — V. Exa. está focalizando assunto da mais alta importância. Foram afetadas, nesta seca, menor que a de 1966, mais de sete milhões de pessoas. São declarações do Superintendente da SUDENE, prestadas quando estivemos em Recife. Por aí se pode avaliar a situação difícil em que se encontra o Nordeste.

O SR. AURÉLIO VIANNA — É uma informação preciosa que V. Exa. nos traz: sete milhões de pessoas que antes das secas e do dilúvio se encontravam em situação difícil e agora quase catastrófica. Os empresários não encontram uma saída: estão, também, sendo vítimas da catástrofe. O Governo, assumindo compromissos dos quais não pode fugir, visando ao desenvolvimento do País, criando fontes de sustentação para a população que hoje existe e para aquela população que está surgindo, exigindo trabalho para viver e sobreviver. E os gêneros de primeira necessidade subindo de preços.

Se aqui sobem numa velocidade maior do que o aumento salarial, muito mais no Nordeste. Se aqui um quilo de café, que há quatro meses custava Cr\$ 1,80, está custando, agora, pelas estatísticas de dez dias passados, Cr\$ 2,30; se um quilo de carne verde custava, há quatro meses, Cr\$ 3,40 e agora custa Cr\$ 4,80, no Nordeste muito mais; se um quilo de carne seca custava Cr\$ 4,60 e agora custa Cr\$ 6,20; se um quilo de feijão custava Cr\$ 1,10 há quatro meses, agora está custando, em Brasília, Cr\$ 1,90; se um quilo de namorado custava, há 4 meses, Cr\$ 3,50, agora está custando Cr\$ 8,00; um quilo de robalo Cr\$ 3,50, agora Cr\$ 8,00; de badejo Cr\$ 3,50, agora Cr\$ 8,00, de tainha, que é considerado peixe de pobre, Cr\$ 2,50, agora Cr\$ 6,00 e assim por diante; se aqui é assim, no Nordeste o preço dessas utilidades é muito maior e lá o salário é muito menor.

Bem, eu não duvido que a situação econômica do Brasil seja boa. Não duvido! Quem sou eu para duvidar das estatísticas que nos são apresentadas dia após dia! Mas que este quadro é verdadeiro, ninguém o contesta. Amanhã, se Deus quiser, vou desdobrar um

estudo mais profundo sobre o problema dos salários e dos assalariados do Brasil. E como fiquei impressionado com o estudo feito, tenho a impressão de que outros vão se interessar pelo problema, que é de uma realidade troante, que clama aos Céus e que deve nos levar a uma preocupação muito mais profunda pelo problema da alimentação humana, da habitação humana, do vestuário humano, da educação do nosso povo.

Sr. Presidente, continuando, para terminar: o jornalista Murilo Marquim que, com essa pléiade de novos jornalistas, nos quais nos baseamos para comentários deste porte, apresenta fatos, genuinamente, verdadeiramente, contraditórios.

Diz ele que, em Picos, no Piauí, num tronco rodoviário onde realmente se inicia a Transamazônica, o 1º Grupamento de Engenharia do Exército dirige as frentes de trabalho e está preferindo adquirir gêneros alimentícios a particulares e não à COBAL, órgão do Governo. Por que? — Porque — diz ele — os preços cobrados pelos particulares são mais baixos que os exigidos pela COBAL; que as doações que o

grande Estado bandeirante concedeu ao Nordeste já se extinguiram e, portanto, o homem que trabalha naquelas frentes abertas pelo Governo, e que já representam alguma coisa, tem que se satisfazer com os dois eruzeiros, exclusivamente com os dois cruzeiros, para atender todas as suas necessidades e à sobrevivência da sua família.

E o espetáculo é o mesmo em todo o Nordeste atingido pela seca.

Diz ele que "a visão de horror alivia-se no São Francisco, onde Paulo Afonso, em poucos anos mais, será a maior hidrelétrica do mundo".

Sr. Presidente, o colunista analisa o problema de Pernambuco, fala das observações que fez sobrevoando as regiões do grande Recife, semi-submersas; de Olinda, a Jóia colonial engastada no Nordeste em desmoronamento; de cidades do interior, que se encontram ilhadas; da devastação sem precedentes; do prejuízo da indústria açucareira, que é sustentáculo da economia de Pernambuco e das Alagoas, representando 80% da renda do Estado; da quebra de 800 mil toneladas de cana de açúcar, estimada a tonelada em 31 cruzeiros; da atual safra e da vindoura e ele calcula que, por mais dois anos não haverá recuperação dos prejuízos causados pelas águas; das indústrias, das pequenas indústrias de algumas cidades que foram totalmente arrazadas e da esperança na palavra do Presidente da República, que lá esteve numa época difícil e que possivelmente voltará para ver, com seus próprios olhos, que há necessidade de apressar as medidas já preconizadas, para evitar-se inclusive que aquela população ordeira do sertão, em desespero perca a paciência que caracteriza a sua personalidade e crie, portanto, problemas imprevisíveis para o nosso País que precisa, cada vez mais, de equilíbrio, de tranquilidade para vencer as crises cíclicas que o atacam. E aquelas crises seculares para cuja solução foram convocados técnicos do mais alto gabarito, na maioria jovens, que estão dispostos a colaborar para solução, não apenas de problemas nacionais, como e particularmente os problemas do grande Nordeste, que clama por justiça há mais de 400 anos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, que continuem os jornalistas do nosso País a abordar, com honesta e conscientemente, problemas como os que foram ventilados pelo grande jornalista nordestino que é Murilo Marroquim.

Que êsses outros jornalistas do Nordeste, particularmente, que dão a sua inteligência, a sua capacidade intelectual para informar muito bem o povo brasileiro, mobilizem-se cada vez mais, pois mobilizam-se já se encontram, no sentido de, através dos seus artigos, das suas reportagens, acenderem a chama do entusiasmo, despertando Governo e povo para êsses grandes problemas regionais, e mais do que regionais, nacionais. Só assim num futuro não muito distante, quando teremos a população brasileira duplicada, pois dentro de 30 anos seremos 200 milhões de habitantes, não estaremos como a China Continental com problemas insolúveis, mas seremos um País que, pela previdência dos governantes de hoje, construiu as bases de sustentação para um grande povo, de um grande País, uma grande população que será motivo de equilíbrio na política intercontinental e na política internacional.

Sr. Presidente, o entusiasmo e a atenção que me despertou êste artigo de Murilo Marroquim foi que me trouxe a fazer êste comentário, desejando que o Governo continue firme, disposto a solucionar os problemas do nosso Nordeste e os grandes problemas do nosso País. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Corrêa) — Com a palavra o nobre Senador Clodomir Millet.

O SR. CLODOMIR MILLET (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, na primeira quinzena de agosto desapareceram duas figuras marcantes da medicina nacional e da cultura maranhense. Refiro-me aos Professores Álvaro Serra de Castro e Sálvio Mendonça. O Maranhão está de luto. Eram, na verdade, os dois ilustres maranhenses figuras das mais representativas do seu meio cultural e social.

Quero, Sr. Presidente, deixando o registro consignado nos Anais do Senado, fazer um ligeiro resumo da vida de cada um para que os Srs. Sena-

dores, para que o País, para que a nossa terra, enfim, possa conhecer os valorosos elementos que o Maranhão acaba de perder.

(Lê.)

O Dr. Sálvio Mendonça nasceu em Vila Rica, Maranhão, a 11 de dezembro de 1892.

Formou-se em medicina, na Faculdade de Medicina da Bahia, colando grau a 22 de dezembro de 1919, depois de um curso brilhante, tendo sido, como estudante, interno do Serviço do Prof. Clementino Fraga, ao tempo, titular da 1.ª Cadeira de Clínica Médica.

Muito pobre, porém, vontoso e decidido, conseguiu, a duras penas, fazer o seu curso médico, tendo porém, de seguir, logo depois de formado, para o Maranhão, para começar a trabalhar. Depois de uma visita a sua cidade natal, onde, segundo ele mesmo conta, pôde, com as suas consultas, economizar algumas centenas de mil reis, veio para São Luís e aí instalou o seu consultório.

Em pouco tempo, já era um dos melhores médicos do Estado. Em princípios de 1926 fez uma viagem de estudos à Alemanha. Dois anos passou na Europa freqüentando as melhores clínicas de Berlim e Viena, especializando-se, então, em doenças da nutrição e do aparelho digestivo, e dedicando parte do seu tempo ao estudo da puericultura com estágio nos serviços dos professores Finkelstein e Czerny.

O seu primeiro emprêgo público foi o de médico auxiliar da Saúde dos Portos do Maranhão, tendo sido, logo depois, contratado para médico da Comissão Federal de Combate à Peste e designado para dirigir o Hospital de Isolamento de Lira, por ocasião do surto de peste na capital maranhense.

Debelada a peste, foi nomeado inspetor sanitário rural, encarregado do Serviço de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas no Estado do Maranhão, funções que exerceu durante 11 anos até à extinção do Serviço de Sanitário Rural nos Estados, conseguindo, porém, já em 1938, o reconhecimento dos seus direitos, sendo considerado em disponibilidade e logo depois aproveitado na Saúde Pública do

antigo Distrito Federal. Passou a integrar o quadro de médicos do antigo Ministério da Educação e Saúde.

Foi, ainda, de 1922 a 1932, em São Luis, médico clínico da Beneficência Portuguesa do Maranhão, tendo, ao regressar da Alemanha, trazido para o Maranhão as mais modernas técnicas de exames para o diagnóstico das doenças do aparelho digestivo e da nutrição.

Foi o primeiro a fazer intubações duodenais no Maranhão, e São Luis conheceu, de primeira mão, o aparelho de metabolismo basal, graças ao Dr. Sávio Mendonça.

Em 1933 muda-se para o Rio de Janeiro. Procura o seu velho professor da Bahia, agora catedrático da 2.^a Cadeira de Clínica Médica da Faculdade Nacional de Medicina, o eminentíssimo Clementino Fraga e vai trabalhar, como voluntário, no seu Serviço na 9.^a Enfermaria da Santa Casa de Misericórdia. Em novembro do mesmo ano fazia concurso para a docência livre de clínica médica da Universidade do Brasil e logo é levado à chefia de clínica da 2.^a Cadeira de Clínica Médica.

Inicia-se, assim, no magistério, e instala o seu consultório médico no Rio de Janeiro.

Designado para servir na Saúde Pública do antigo Distrito Federal, é comissionado, em 1940, no cargo de chefe do Serviço de Puericultura do antigo Departamento de Puericultura da Secretaria de Saúde e Assistência da Prefeitura. (Chefe do 8.^º Distrito.)

Em 1944 é nomeado professor de dietoterapia de adultos, da Escola Técnica "Cecil Dodsworth", transformada, mais tarde, em Instituto de Assistência Social e, depois, em Instituto de Nutrição da Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Guanabara.

No mesmo ano de 1944, era distinguido com a nomeação para professor de dietoterapia do Curso de Nutrólogos do Serviço de Alimentação e Previdência Social (SAPS).

Em 1962, passou a professor da Escola de Pós-Graduação Médica Carlos Chagas, tendo, de 1934 a 1942, realizado curso de extensão universitária na Universidade do Brasil.

Era sócio de quase todas as sociedades médicas do Rio de Janeiro e publicou uma centena de trabalhos científicos sobre os mais variados temas, sempre sério e cuidadoso nas observações que fazia, e metódico e eficiente na apresentação dos assuntos e na discussão das teses sob seu esclarecido exame.

Em 1963 saía o livro de sua autoria — "História de um Menino Pobre" — no qual relata fatos de sua vida, desde a meninice até à sua completa realização como médico e professor.

Do livro, duas coisas se evidenciam. A sua ternura pela terra natal, pela sua cidade de Viana, pelas fazendas e povoados onde se desenvolveu a sua infância, cercado do carinho e da afeição dos pais, e parentes, e ainda a naturalidade com que conta, despreocupado e franco, as suas origens de menino pobre e as vicissitudes e dificuldades por que passou, até que, à força de um trabalho perseverante, de uma vontade férrea e disciplinada, ao que se poderia acrescentar o permanente entusiasmo pela carreira que decidira abraçar, pôde celebrar a vitória e cantar o triunfo, representados pela felicidade no lar, pelo sucesso na profissão, pelo reconhecimento, por parte dos seus amigos, dos seus conterrâneos, dos seus colegas e da sua terra, enfim, do seu esforço, da sua capacidade e, portanto, do seu merecido êxito.

Respondendo à saudação de um colega, em nome da Sociedade de Medicina, em São Luis, em uma das mais esfusiantes homenagens que recebera quando, em férias, visitava mais uma vez a sua terra, em 1948 (e ele, em tempo algum, esquecera o seu Estado, o seu Maranhão), dizia Sávio Mendonça, comovido e satisfeito, numa confissão a mais do que fôra a sua luta e a sua pertinácia, para se fazer médico:

"Posso simplesmente afirmar que, numa visão retrospectiva da minha existência, não encontro em mim razão suficiente para a imponência dessa homenagem. Humilde, nascido na cidade que demora às margens serenas do tranquilo e lendário lago de Viana, recebi do berço apenas a mansidão das águas mortas e dos campos verdejantes daqueia terra tão ampla e tão desconhecida."

"Influenciado, todavia, pela benfeição herança do caráter severo do meu pai e dos sentimentos de amor e perseverança de minha mãe, ganhei os privilégios de uma vontade forte, que tem sido, em meus dias, o gula inflexível do meu destino."

"Assim, e só assim, com parcenos recursos, cheguei a ser médico, e porventura, será este o meu maior merecimento. E, com a graça de Deus, tenho sido sólamente e precipuamente médico."

Médico, honrou a profissão. Chefe de família, foi um exemplo. Maranhense, dignificou a sua terra. Por todos os títulos, é merecedor desta homenagem que lhe presto, nesta hora, em nome do Governo do meu Estado, da família maranhense, dos seus colegas do Maranhão, da gente simples e boa de Viana, sua cidade natal, do povo e do Estado que tenho a honra de representar no Senado da República.

O Dr. Alvaro Serra de Castro, nascido a 8 de abril de 1911, em São Luis, à custa de muitos sacrifícios, depois de um bom curso de humanidades, no qual já se revelava a inteligência privilegiada que iria, mais tarde, sagrário um dos maiores valores de sua geração, iniciou os seus estudos na Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, por onde se doutorou, defendendo tese, em 1933. Era pobre, e quase não dispunha de meios para se manter nos estudos. A sua vontade de ser médico, porém, a tudo venceu e à sua pertinácia, à sua dedicação aos estudos, à sua inteligência, se deveu o êxito da sua brilhante carreira, seja na clínica, seja no magistério.

Logo depois de defender tese, voltou ao Maranhão, e, em São Luis, instalou o seu consultório, fazendo clínica de crianças. Sucesso absoluto. Durante o tempo em que clinicou em São Luis, o seu consultório era um dos mais freqüentados e sua fama de grande pediatra chegava aos mais distantes rincões do Estado.

Mas, Serra de Castro não estava satisfeito. Queria continuar a estudar. E o Maranhão não lhe permitia isso. A sua vontade era ser professor. O seu desejo era voltar à sua Faculdade, já não como aluno, mas integrante

do o seu magistério. Vontadoso, como era, não demorou a pôr em prática o que decidira. Embarca para o Rio de Janeiro. Instala o seu consultório na Guanabara. E debruça-se sobre os livros.

Na sua antiga Faculdade Nacional de Medicina ingressa como assistente de ensino da cátedra de Pediatria e, nessas funções, fica 15 anos. Depois durante 10 anos, é o chefe da clínica pediátrica e diversas vezes fica o responsável pela cátedra.

De 1954 a 1959 é o regente da cadeira de pediatria, sendo professor adjunto.

Mas, as suas atividades na Universidade Federal do Rio de Janeiro não bastavam. Procurou a Faculdade Fluminense de Medicina. De 1959 a 1961 foi ali o professor catedrático de clínica pediátrica médica e, a partir de 1961 até à sua morte, lecionou a cadeira de Puericultura e Clínica da 1.ª Infância, como seu titular.

A Universidade Federal Fluminense tomava-lhe parte preciosa do seu tempo. E ele a ela se dedicava, com amor e devoção. Foi membro da Comissão que reorganizou o ensino na Faculdade, em 1966. Organizou e ministrou dezenas de cursos de extensão universitária. E foi examinador, no Estado do Rio, na Guanabara e em outros Estados, de inúmeros concursos de âmbito universitário.

Participou de Congressos de Medicina — nacionais e internacionais —, como membro e como delegado oficial, apresentando teses e pareceres.

Funcionou em diversas comissões para estudo e reformulação do ensino da medicina e foi um ativo e zeloso Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria.

Foi membro do Conselho Nacional de Saúde, participando, inclusive, da Comissão que elaborou o Código Nacional de Saúde, em 1960.

Era membro da American Academy of Pediatrics, desde 1946, e da Société de Pédiatrie de Paris, desde 1957, e, no Brasil, integrava o quadro de sócios de várias entidades de classe, sendo um dos fundadores da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Maranhão.

O Sr. Adalberto Sena — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. CLODOMIR MILLET — Com muito prazer.

O Sr. Adalberto Sena — Eu que, como V. Exa. e outros, pertenço ao grupo de Senadores, formados em Medicina, não poderia deixar de me associar a esta sentida manifestação com que V. Exa. está rememorando a vida e a obra de dois dos seus mais insignes conterrâneos.

Não posso, também, deixar de citar, neste momento, esse Maranhão cuja Capital, já merecedora da denominação de "Atenas do Norte", contribuiu, tão luminosamente, para o engrandecimento da ciência brasileira.

O SR. CLODOMIR MILLET — Muito obrigado a V. Exa. (Retomando a leitura.)

Inúmeros são os seus trabalhos científicos publicados, nas revistas médicas do Brasil e muitos foram os trabalhos apresentados a Sociedades, Congressos e Jornadas nacionais e estrangeiras.

Livros que publicou:

Penicilinoterapia da Sifilis — Trabalho apresentado ao VI Congresso Internacional de Pediatria — Zurick — 1950.

Doenças do Sangue na Infância e Adolescência — Obra com cerca de 600 páginas.

Assistência ao recém-nascido normal (Obra com 200 páginas).

Doenças do Recém-nascido (Obra com 200 páginas).

Em 1944, pela primeira vez na América do Sul, diagnosticava a Doença de Hemátias Falciformes (Eritrofalcemia) e isso lhe valeu muitos louvores da crítica médica.

Mas, Serra de Castro ainda encontrava tempo e lugar para as letras profanas. A Academia Maranhense de Letras elegeu-o um dos seus sócios para a cadeira de João de Deus do Rêgo, sobre cuja vida e obra versou o seu brilhante discurso de posse.

A sua presença foi reclamada na política do nosso Estado. Atendeu ao chamamento e permitiu que seu nome fosse inscrito na chapa para deputados federais, em 1958. Suplente, foi convocado mais de uma vez e na Cá-

mara esteve sempre atento aos problemas de saúde e da criança.

Desaparece, assim, um dos mais expressivos valores da cultura maranhense e da medicina nacional.

Pela minha palavra, o povo maranhense, o governo do Estado, os seus colegas médicos, os homens de letra, todos enfim que reconheciam em Alvaro Serra de Castro uma figura representativa do Maranhão cultura, do Maranhão trabalho, lhe rendem, à memória inesquecível, o preito da sua eterna saudade.

E saíram e sintam, os moços da minha terra, o que pode o esforço daquêle que deseja crescer, daquêle que deseja subir; e que possam e saíram, os moços da minha terra, ver, nos exemplos de Sálvio Mendonça e Alvaro Serra de Castro, que foram dois meninos pobres e que se fizeram à custa do próprio esforço, o que podem fazer eles próprios, se quiserem, seguindo-lhes o exemplo, conquistar as vitórias e os troféus que o futuro lhes reserva para premiar o seu trabalho e a sua dedicação aos estudos. O Maranhão muito espera dos seus moços e da sua juventude e lhes aponta o exemplo de Sálvio Mendonça e Serra de Castro que souberam, em todas as oportunidades, honrar as tradições do velho e glorioso Estado que nos viu nascer a todos. (Muito bem!)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Flávio Brito — Clodomir Millet — Dinarte Mariz — Argemiro de Figueiro — Josaphat Marinho — Carlos Lindenber — Paulo Tôrres — Gilberto Marinho — Lino de Mattos — Filinto Müller.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Corrêa) — Esgotada a lista de oradores.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Estão presentes 30 Srs. Senadores.

Não há quorum para deliberações.

Como as matérias constantes de todos os itens da pauta estão em fase de votação, ficarão adiadas para a próxima Sessão.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejá-lo fazer uso da palavra, frei encer-

rar a Sessão lembrando, antes, que o Congresso Nacional está convocado para uma Sessão Conjunta, a realizar-se hoje, às 21 horas, destinada à leitura da Mensagem Presidencial que submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.119, de 11 de agosto de 1970.

Nada mais havendo a tratar, encerro a Sessão, designando para a próxima a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 212, DE 1958

Votação, em turno único (apreciação preliminar da juridicidade, nos termos do art. 265-A do Regimento Interno), do Projeto de Lei da Câmara n.º 212, de 1958 (n.º 1.279-B/56, na Casa de origem), que estende aos funcionários ou empregados do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura e dos Conselhos Regionais os benefícios que gozam, ou venham a gozar, os funcionários da União, tendo PARECERES, sob n.os 478 e 479, de 1970, das Comissões — de Serviço Público Civil, solicitando o parecer da Comissão de Constituição e Justiça; — de Constituição e Justiça, pela in-juridicidade.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 49, DE 1970

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 49, de 1970 (n.º 149-A/70, na Câmara dos Deputados), que aprova o Decreto-lei n.º 1.109, de 26 de junho de 1970, que reformula o Decreto-lei n.º 157, de 10 de fevereiro de 1967, e altera a legislação sobre o Impôsto de Renda, tendo PARECERES FAVORÁVEIS, sob n.os 528 e 529, de 1970, das Comissões — de Economia; e — de Finanças.

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 23, DE 1970

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 23, de 1970 (n.º 2.192-B/70, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que inclui no Orçamento Pluriannual de Investimentos o Projeto de Crédito Rural Orientado, tendo PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 527, de 1970, da Comissão — de Finanças.

4

PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 21-DF, DE 1970

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n.º 21-DF, de

1970, de iniciativa do Sr. Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo do Distrito Federal a abrir, em favor da Secretaria de Serviços Públicos, o crédito especial de Cr\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil cruzelros), para o fim que especifica, tendo PARECERES, sob n.os 524, 525 e 526, de 1970, das Comissões — de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; — do Distrito Federal, favorável; e — de Finanças, favorável.

Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a Sessão às 15 horas e 50 minutos.)

GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR

Convocação

De ordem do Sr. Presidente, convoco a Comissão Executiva do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar para uma reunião a realizar-se quarta-feira, dia 19 do mês em curso, às 14,30 hs, na sala da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, que terá por pauta a designação dos representantes brasileiros junto ao Conselho Interparlamentar e outras questões de interesse do Grupo. — A. Lazary Guedes, Secretário-Geral.

EDITAL

TOMADA DE PREÇOS N.º 1/70

A Diretoria do Patrimônio faz público, para conhecimento dos interessados, que abrirá, às 16 (dezesseis) horas do dia 18 de agosto de 1970, na Seção de Aquisição de Material, 8.º andar do Edifício Anexo do Senado Federal, em Brasília — DF., propostas de preços dos materiais conforme especificações e condições abaixo mencionadas:

36 microfones marca RCA modelo BK1-A, ou similar.

CONDICIONES GERAIS

1.º — As propostas deverão ser entregues até às 15 (quinze) horas do dia 18 de agosto de 1970, na Diretoria do Patrimônio, 8.º andar do Edifício Anexo do Senado Federal, em Brasília — DF., datilografadas em papel tim-

brado da firma, em duas vias, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contidas em invólucros fechados, constando, obrigatoriamente, os seguintes elementos:

- a) nome e endereço do proponente;
- b) menção à Tomada de Preços (n.º) e ao dia da abertura;
- c) especificação clara e detalhada do material oferecido;
- d) preço total em algarismo e por extenso, com a parcela referente ao imposto, separada;
- e) validade da proposta (mínimo de 45 dias);
- f) prazo de entrega do material;
- g) declaração expressa de aceitação plena e total das condições deste Edital.

2.º — Exige-se de cada licitante a apresentação, em sobrecarta, também fechada, do Certificado de Fornecedor do Governo Federal ou Estadual (fotocópia), devidamente atualizado, constando na referida sobrecarta o nome e endereço do proponente, bem como menção à Tabela de Preços (n.º) e ao dia da abertura.

3.º — Caso a adjudicatária se recuse a fornecer o material proposto, ou o faça fora das especificações, reserva-se ao Senado Federal o direito de optar pela adjudicação à seguinte colocada, sujeitando-se a firma faltosa às penalidades legais cabíveis, bem como ao ônus da despesa resultante da diferença de preços verificada.

A segunda adjudicatária, nesse caso, estará sujeita às mesmas exigências feitas à primeira.

Não serão consideradas as propostas feitas em desacordo às especificações, exigências e condições do presente Edital.

5.º — Fica estabelecido o percentual de 0,3% (três décimos por cento), a título de multa sobre o total da adjudicação, por dia de atraso na entrega do material, até 30 (trinta) dias após o vencimento do prazo, devidamente comprovado. Fondo esse prazo, serão aplicadas as penalidades previstas no item 3 das condições gerais deste Edital.

ÍNDICE DO CÓDIGO CIVIL APLICADO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Organizado por Jardel Noronha e Odaléa Martins

Explicação dos autores:

O presente trabalho, que denominamos ÍNDICE DO CÓDIGO CIVIL APLICADO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, foi elaborado com a coleção de acórdãos, cujos processos versam sobre Direito Civil e foram julgados à luz do CÓDIGO CIVIL.

Para melhor orientação e facilidade do encontro do assunto de interesse do consulente, coordenamos um índice por ordem alfabética e outro, ao qual denominamos classificação, por ordem de artigo do Código Civil. Neste índice, vamos encontrar um mesmo artigo citado várias vezes; isso se deve ao fato de que o julgamento, embora envolvendo o artigo "X", inclui, também, outra legislação, e, além disso, virá mostrar a uniformidade dos julgados pelo Excelso Pretório proferidos.

Compilamos os julgados por ordem numérica, não importando a espécie do processo, facilitando, assim, seu manuseio, e abaixo damos o roteiro:

I PARTE

a) Classificação, por artigo, do Código Civil	V
b) Legislação Complementar	CLXV

II PARTE

a) Súmulas do STF aplicadas ao Código Civil	1
b) Julgamentos	27

III PARTE

a) Índice alfabético remissivo	389
b) Índice numérico por espécie de processo	458

Preço do volume com 680 páginas em brochura Cr\$ 30,00

Preço do volume com 680 páginas, encadernado, impresso em papel bíblia Cr\$ 40,00

Obra impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal — Brasília — DF

Os pedidos devem ser endereçados à **FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS** — Sede: Praia de Botafogo, 190 — ZC-02 — Rio de Janeiro - GB (atende, também, pelo Serviço de Reembolso Postal) — Lojas: no Rio de Janeiro: Av. Graça Aranha, 26 — Em Brasília: SQS 104, Bloco "A", Loja 11 — Em São Paulo: Av. Nove de Julho, 2029 —

M E S A		LIDERANÇA DO GOVERNO
Presidente: João Cleofas (ARENA — PE) 1º-Vice-Presidente: Wilson Gonçalves (ARENA — CE) 2º-Vice-Presidente: Lino de Mattos (MDB — SP) 1º-Secretário Fernando Corrêa (ARENA — MT) 2º-Secretário: Edmundo Levi (MDB — AM) 3º-Secretário: Paulo Tórres (ARENA — RJ)	4º-Secretário: Manoel Villaça (ARENA — RN) 1º-Suplente: Sebastião Archer (MDB — MA) 2º-Suplente: Sigefredo Pacheco (ARENA — PI) 3º-Suplente: Domício Gondim (ARENA — PB) 4º-Suplente: José Feliciano (ARENA — GO)	Líder: Filinto Müller (ARENA — MT) Vice-Líderes: Petrônio Portella (ARENA — PI) Eurico Rezende (ARENA — ES) Antônio Carlos (ARENA — SC) Guldo Mondin (ARENA — RS) Dinarte Mariz (ARENA — RN) DO MDB Líder: Aurélio Vianna (GB) Vice-Líderes: Adalberto Sena (AC) Bezerra Neto (MT)

**COMISSÃO DE AJUSTES INTERNACIONAIS
E DE LEGISLAÇÃO SÔBRE ENERGIA ATÔMICA**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Nogueira da Gama

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Arnon de Mello	Mello Braga
José Leite	José Guiomard
Benedicto Valladares	Adolpho Franco
Vasconcelos Torres	Lobão da Silveira
Teotônio Vilela	Victorino Freire

MDB

Nogueira da Gama	José Ermírio
Josaphat Marinho	Aurélio Vianna

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 360.

Reuniões: quartas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Flávio Brito

Vice-Presidente: Attilio Fontana

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Flávio Brito	Benedicto Valladares
Ney Braga	José Guiomard
Attilio Fontana	Júlio Leite
Teotônio Vilela	Menezes Pimentel
Milton Trindade	Clodomir Millet

MDB

José Ermírio	Aurélio Vianna
Argemiro de Figueiredo	Nogueira da Gama

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.

Reuniões: terças-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO
LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Arnon de Mello

Vice-Presidente: Aurélio Vianna

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Arnon de Mello	José Leite
Antônio Carlos	Eurico Rezende
Mello Braga	Benedicto Valladares
Vasconcelos Torres	Carvalho Pinto
Mem de Sá	Filinto Müller

MDB

Aurélio Vianna	Pessoa de Queiroz
Adalberto Sena	

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314.

Reuniões: quintas-feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(13 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petrônio Portella

Vice-Presidente: Antônio Carlos

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Milton Campos	Mem de Sá
Antônio Carlos	Flávio Brito
Carvalho Pinto	Benedicto Valladares
Eurico Rezende	Milton Trindade
Guido Mondin	Júlio Leite
Petrônio Portella	Vasconcelos Torres
Carlos Lindenbergs	Adolpho Franco
Arnon de Mello	Filinto Müller
Clodomir Millet	Dinarte Mariz
Moura Andrade	

MDB

Antônio Balbino	Argemiro de Figueiredo
Bezerra Neto	Nogueira da Gama
Josaphat Marinho	Aurélio Vianna

Secretária: Maria Helena B. Brandão — Ramal 305

Reuniões: quintas-feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Dinarte Mariz
Vice-Presidente: Adalberto Sena

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Dinarte Mariz	Benedicto Valladares
Eurico Rezende	Mello Braga
Petrônio Portella	Teotônio Vilela
Atílio Fontana	José Leite
Júlio Leite	Mem de Sá
Clodomir Millet	Filinto Müller
Guido Mondin	Milton Trindade
Antônio Fernandes	Waldemar Alcântara

MDB

Aurélio Vianna	Bezerra Neto
Adalberto Sena	Argemiro de Figueiredo
Oscar Passos	

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — R. 307.

Reuniões: quintas-feiras às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Mem de Sá
Vice-Presidente: José Ermírio

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Mem de Sá	José Leite
Carlos Lindenberg	Filinto Müller
Júlio Leite	Petrônio Portella
Teotônio Vilela	Eurico Rezende
Ney Braga	Arnon de Mello
Cattete Pinheiro	Antônio Carlos
Atílio Fontana	Flávio Brito
Duarte Filho	Milton Trindade

MDB

Bezerra Neto	Nogueira da Gama
José Ermírio	Josaphat Marinho
Pessoa de Queiroz	

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — R. 306.

Reuniões: terças-feiras, às 17 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Eurico Rezende
Vice-Presidente: Guido Mondin

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Eurico Rezende	Benedicto Valladares
Ney Braga	Waldemar Alcântara
Guido Mondin	Antônio Carlos
Cattete Pinheiro	Teotônio Vilela
Duarte Filho	Raul Giuberti

MDB

Adalberto Sena	Ruy Carneiro
Antônio Balbino	

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — R. 306.

Reuniões: quartas-feiras, às 9 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO /
E CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS**

E Povoamento

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Moura Andrade
Vice-Presidente: José Cândido

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Moura Andrade	José Guiomard
Antônio Carlos	Victorino Freire
Waldemar Alcântara	Filinto Müller
Milton Trindade	Lobão da Silveira
Flávio Brito	Raul Giuberti
José Cândido	Petrônio Portella
Eurico Rezende	Daniel Krieger
Guido Mondin	

MDB

Ruy Carneiro	Adalberto Sena
Antônio Balbino	José Ermírio
Argemiro de Figueiredo	

Secretária: Maria Helena B. Brandão — Ramal 305.

Reuniões: quintas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro de Figueiredo
Vice-Presidente: Carvalho Pinto

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Carvalho Pinto	Carlos Lindenberg
Cattete Pinheiro	Teotônio Vilela
Mem de Sá	José Guiomard
José Leite	Daniel Krieger
Moura Andrade	Petrônio Portella
Clodomir Millet	Milton Trindade
Adolpho Franco	Antônio Carlos
Raul Giuberti	Benedicto Valladares
Júlio Leite	Mello Braga
Waldemar Alcântara	Flávio Brito
Vasconcelos Torres	Filinto Müller
Atílio Fontana	Duarte Filho
Dinarte Mariz	Eurico Rezende

MDB

Argemiro de Figueiredo	Oscar Passos
Bezerra Neto	Josaphat Marinho
Pessoa de Queiroz	Aurélio Viana
José Ermírio	Nogueira da Gama

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314.

Reuniões: quartas-feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças — Ramais 172 e 173.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio
Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Flávio Brito	José Cândido
Adolpho Franco	Mello Braga
Júlio Leite	Arnon de Mello
Mem de Sá	Clodomir Millet
Teotônio Vilela	Milton Trindade

MDB

Antônio Balbino	Ruy Carneiro
José Ermírio	Bezerra Neto

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — R. 305.

Reuniões: quartas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Adolpho Franco
Vice-Presidente: Mello Braga**ARENA****SUPLENTES**Celso Ramos
Milton Trindade
José Leite
Raul Giuberti
Duarte Filho**MDB**

Argemiro de Figueiredo

TITULARESAdolpho Franco
Victorino Freire
Atílio Fontana
Mello Braga
Júlio LeiteAurélio Vianna
Josaphat MarinhoSecretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — R. 310.
Reuniões: quartas-feiras, à tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Josaphat Marinho
Vice-Presidente: José Leite**ARENA****SUPLENTES**Mello Braga
José Guiomard
Teotônio Vilela
Guido Mondin
Victorino Freire**MDB**

Oscar Passos

TITULARESAntônio Carlos
José Leite
Celso Ramos
Carlos Lindenbergs
Benedicto ValladaresJosaphat Marinho
José ErmírioSecretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — R. 310.
Reuniões: terças-feiras, às 16 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.**COMISSÃO DO POLÍGONO DAS SÉCAS**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Ruy Carneiro
Vice-Presidente: Duarte Filho**ARENA****SUPLENTES**Teotônio Vilela
José Leite
Waldemar Alcântara
Dinarte Mariz
Carlos Lindenbergs**MDB**Aurélio Vianna
Adalberto Sena**TITULARES**Clodomir Millet
Antônio Fernandes
Arnon de Mello
Duarte Filho
Menezes Pimentel

Ruy Carneiro

Argemiro de Figueiredo

Secretário: Walter Manoel Germano de Oliveira — Ramal 313.

Reuniões: quintas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(11 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Daniel Krieger
Vice-Presidente: Waldemar Alcântara**ARENA****SUPLENTES**Adolpho Franco
Petrônio Portella
José Leite
Ney Braga
Milton Campos
Filinto Müller
Guido Mondin
José Guiomard**TITULARES**Daniel Krieger
Raul Giuberti
Antônio Carlos
Carlos Lindenbergs
Mem de Sá
Eurico Rezende
Waldemar Alcântara
Carvalho Pinto**MDB**

Antônio Balbino

José Ermírio

Aurélio Vianna

Ruy Carneiro

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — R. 307.

Reuniões: terças-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Antônio Carlos

ARENA**SUPLENTES**Filinto Müller
José Leite
Clodomir Millet**TITULARES**Benedicto Valladares
Cattete Pinheiro
Antônio Carlos
Mem de Sá**MDB**

Aurélio Vianna

Secretária: Beatriz Brandão Guerra — Ramal 311.

Reuniões: quartas-feiras, às 14 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Gilberto Marinho

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

ARENA**SUPLENTES**José Guiomard
Carlos Lindenbergs
Adolpho Franco
Petrônio Portella
José Leite
Teotônio Vilela
Clodomir Millet**TITULARES**Filinto Müller
Waldemar Alcântara
Antônio Carlos
Mem de Sá
Ney Braga
Milton Campos
Moura Andrade
Gilberto Marinho
Arnon de Mello
José Cândido
Mello Braga**MDB**Josaphat Marinho
Antônio Balbino

Pessoa de Queiroz

Aurélio Vianna

Oscar Passos

Bezerra Neto

Secretário: J. B. Castejon Branco — Ramal 457.

Reuniões: quintas-feiras, às 14 horas e 30 minutos.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE SAÚDE

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Cattete Pinheiro

Vice-Presidente: Raul Giuberti

ARENA

SUPLENTES

Júlio Leite

Menezes Pimentel

José Leite

Flávio Brito

Vasconcelos Torres

TITULARESCattete Pinheiro
Duarte Filho
Waldemar Alcântara
José Cândido
Raul Giuberti**MDB**

Nogueira da Gama

Ruy Carneiro

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — R. 3

Reuniões: quintas-feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões do Gabinete do Secretário-Geral.

Agosto de 1970

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (Seção II)

Térca-feira 18.08.1970

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Victorino Freire
Vice-Presidente: Oscar Passos

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Victorino Freire	Filinto Müller
José Guiomard	Atílio Fontana
Gilberto Marinho	Dinarte Mariz
Ney Braga	Mello Braga
José Cândido	Celso Ramos

MDB

Oscar Passos
Aurélio Vianna

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Celso Ramos
Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
José Leite	Guido Mondin
Celso Ramos	Atílio Fontana
Arnon de Mello	Eurico Rezende
Vasco Alves Torres	Lobão da Silveira
José Guiomard	Carlos Lindenberg

MDB

Pessoa de Queiroz
Bezerra Neto

Ruy Carneiro

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 312.
Reuniões: quintas-feiras, às 9 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carlos Lindenberg
Vice-Presidente: José Guiomard

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Victorino Freire	Celso Ramos
Carlos Lindenberg	Petrônio Portella
Arnon de Mello	Eurico Rezende
Raul Giuberti	Menezes Pimentel
José Guiomard	

MDB

Ruy Carneiro
Adalberto Sena

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.
Reuniões: quartas-feiras, à tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Clodomir Millet
Vice-Presidente: Milton Trindade

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Clodomir Millet	José Cândido
Milton Trindade	Filinto Müller
José Guiomard	Duarte Filho
Flávio Brito	Dinarte Mariz
Lobão da Silveira	Cattete Pinheiro

MDB

Oscar Passos
Adalberto Sena

Secretário: Walter Manoel Germano de Oliveira —
Ramal 313.
Reuniões: quartas-feiras, às 15 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

ASSINATURAS DO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (SEÇÃO II)

OS PEDIDOS DEVEM SER ACOMPANHADOS DE CHEQUE VISADO, ORDEM DE PAGAMENTO OU VALE POSTAL, PAGAVEIS EM BRASÍLIA, A FAVOR DO

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes

Caixa Postal 1.503

Brasília — DF.

PREÇOS DAS ASSINATURAS:

Via Superfície:

Semestre ... Cr\$ 20,00

Ano Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre ... Cr\$ 40,00

Ano Cr\$ 80,00

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Editada pelo Senado Federal
DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Direção
LEYLA CASTELLO BRANCO RANGEL

NÚMEROS PUBLICADOS:

— março n.º 1 (1964)	5,00
— junho n.º 2 (1964)	5,00
— setembro n.º 3 (1964)	esgotada
— dezembro n.º 4 (1964)	5,00
— março n.º 5 (1965)	5,00
— junho n.º 6 (1965)	5,00
— setembro n.º 7 (1965)	5,00
— dezembro n.º 8 (1965)	esgotada
— março n.º 9 (1966)	"
— junho n.º 10 (1966)	"

ÍNDICE DO SUMÁRIO DA REVISTA DE INF. LEGISLATIVA DE 1 A 10, enviaremos gratuitamente a quem nos solicitar.

— setembro n.º 11 (1966)	esgotada
— outubro/novembro/dezembro número 12 (1969)	"
— janeiro a junho n.ºs 13 e 14 (1967)	"
— junho a dezembro n.ºs 15 e 16 (1967)	5,00
— janeiro a março n.º 17 (1968)	5,00
— abril a junho n.º 18 (1968)	5,00
— julho a setembro n.º 19 (1968)	5,00
— outubro a dezembro n.º 20 (1968)	5,00

ÍNDICE DO SUMÁRIO DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA DE 1 A 20, enviaremos gratuitamente a quem nos solicitar.

ANO VI — N.º 21 — Janeiro a Março de 1969 — Preço: 5,00
Sumário:

COLABORAÇÃO

O DIREITO FINANCEIRO NA CONSTITUIÇÃO DE 1967
Ministro Aliomar Batlleiro

COLABORAÇÃO

O DIREITO PENAL NA CONSTITUIÇÃO DE 1967
Prof. Luiz Vicente Cernicchiaro

COLABORAÇÃO

ABUSO DE PODER DAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Roberto Rosas, Professor da Universidade de Brasília, da Universidade do Distrito Federal e da Faculdade de Direito do Distrito Federal.

1) A importância das comissões parlamentares de inquérito. 2) Textos sobre o assunto nas Constituições brasileiras e estrangeiras (Estados Unidos, Itália, França, Alemanha, Bélgica, Japão). 3) Delimitação da competência das comissões. 4) As Leis números 1.579, de 1962, e 4.595, de 1964. 5) Os poderes das comissões parlamentares de inquérito vistos pelo STF e pela Suprema Corte americana. 6) Abuso de poder de inquirir. 7) Conclusão.

COLABORAÇÃO

O TRIBUNAL DE CONTAS E AS DELIBERAÇÕES SOBRE O JULGAMENTO DA LEGALIDADE DAS CONCESSÕES

Sebastião B. Alfonso, Diretor no Tribunal de Contas da União.

Concessões de aposentadoria, reformas e pensões:
— Competência constitucional do Tribunal de Contas — Efeitos jurídicos do julgamento da legalidade — Natureza e revisão dessas decisões — Recurso ao Congresso Nacional.

COLABORAÇÃO

CONTROLE FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS E EMPRESAS PÚBLICAS

Heitor Luz Filho, Advogado

DOCUMENTAÇÃO

SUPLENCIA

Norma Izabel Ribeiro Martins, Orientadora de Pesquisas Legislativas, Diretoria de Informação Legislativa.

I — Constituição de 1967. II — As Constituições anteriores. III — Renúncia: — alguns casos de renúncia de suplentes: a) Padre Constantino Vieira; b) Senador José Feliciano; c) Senador Alô Guimarães. IV — Afastamento do exercício do mandato — convocação de suplentes: a) Senador Nerlei Ramos; b) Senador Afonso Arinos. V — Provocação de perda de mandato por suplente: — Deputado Adelmar da Costa Carvalho. VI — Incompatibilidade: — Senador Antônio Jucá; — Dr. Mário Pinotti. VII — Ineligibilidade. VIII — Legislação.

PESQUISA

O PARLAMENTARISMO NA REPÚBLICA

Sara Ramos de Figueiredo, Orientadora de Pesquisas Legislativas, Diretoria de Informação Legislativa.

— Ato Adicional — Atribuições do Presidente da República — Gabinete Tancredo Neves — Indicação do Sr. San Thiago Dantas para Primeiro-Ministro — Indicação do Sr. Auro Moura Andrade para Primeiro-Ministro — Gabinete Brochado da Rocha — Gabinete Hermes Lima — Leis Complementares e Delegadas — Críticas ao parlamentarismo — Revogação do Ato Adicional — Plebiscito — Emenda Constitucional n.º 6, de 1963.

ANO VI — N.º 22 — Abril a Junho de 1969 — Preço: 5,00

Sumário:

COLABORAÇÃO

O DIREITO PROCESSUAL NA CONSTITUIÇÃO DE 1967

Prof. Francisco Manoel Xavier de Albuquerque

COLABORAÇÃO

TRATAMENTO JURÍDICO DAS REVOLUÇÕES

Dr. Clóvis Ramalhete

Teoria sociológica das Revoluções. — O fato ajurídico da força. — O fato e a norma. — A eficácia dos editos revolucionários e sua legitimização. — Direito revolucionário. — Direito de resistência e Estado de Direito. — Tratamento preventivo das Revoluções no Direito Interno. — No Direito Internacional. — Direitos Fundamentais e Revolução. — Convenção de Estocolmo, da Cruz Vermelha. — A Corte Europeia e o caso Lawless.

COLABORAÇÃO

O NEGÓCIO JURÍDICO INTITULADO "FICA" E SEUS PROBLEMAS

Domingos Sávio Brandão Lima, Desembargador do Tribunal de Justiça e Professor Titular da Faculdade Federal de Direito de Mato Grosso.

I — Introdução. II — Valor e Fôrça dos Usos e Costumes no Direito. III — As Res Mancipi em Roma.

IV — Primórdios da Pecuária Mato-Grossense. V — Origens do Negócio Jurídico "FICA". VI — Conceito e Evolução do "FICA". VII — Espécies de "FICA". VIII — Compra e Venda a Entregar. IX — Nota Promissória Pecuarista. X — Parceria Pecuária. XI — Interpretação do Contrato. XII — Simulação. XIII — Depósito. XIV — Ação Executiva e Reivindicatória. XV — Conclusões.

COLABORAÇÃO

DOS RECURSOS EM AÇÕES ACIDENTÁRIAS

Paulo Guimarães de Almeida, Procurador do INPS

PROCESSO LEGISLATIVO

VETOS — LEGISLAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Jesé de Azevedo Barquero, Orientador de Pesquisas Legislativas e *Santyno Mendes dos Santos*, Diretoria de Informação Legislativa.

1.º Capítulo

— Legislação (de 1889 a 1969)

2.º Capítulo

— Apreciação dos vetos

1 — Cisão de voto

2 — Cisão de voto parcial

3 — Cisão de voto total

4 — Convocação do Senado Federal no intervalo das sessões legislativas para deliberar sobre matérias de sua competência exclusiva, dentre elas "a apreciação dos vetos do Prefeito do Distrito Federal"

5 — Decurso de prazo

6 — Prazo para preclusão do voto

7 — Prazo para pronunciamento sobre voto

8 — Prazo do voto — interrupção (sessão legislativa convocada para fim especial — interpretação)

9 — Razões do voto

DOCUMENTAÇÃO

REGULAMENTO DAS PROFISSÕES: TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO — ECONOMISTA

PESQUISA

CAPITAIS ESTRANGEIROS NO BRASIL

Ivo Sequeira Batista, Diretoria de Informação Legislativa

I — Histórico da Legislação; II — Conceituações III — O Capital Estrangeiro na Constituição de 1967; IV — Depoimentos na CPI sobre Transações entre Empresas Nacionais e Estrangeiras; V — Discursos; VI — Conclusão.

ANO VI — N.º 23 — Julho a Setembro de 1969 — Preço: 5,00

Sumário:

COLABORAÇÃO

DA FUNÇÃO DA LEI NA VIDA DOS ENTES PARAESTATAIS

Rubem Nogueira, Deputado Federal, Professor Titular de Teoria Geral do Direito na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica da Bahia.

COLABORAÇÃO

DO PROCESSO DAS AÇÕES SUMÁRIAS TRABALHISTAS

Domingos Sávio Brandão Lima, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso e Professor Titular da Faculdade Federal de Direito de Mato Grosso.

COLABORAÇÃO

ASPECTOS DO CONTROLE DA CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS

Roberto Rosas, Professor da Universidade de Brasília, da Universidade do Distrito Federal e da Faculdade de Direito do Distrito Federal.

1 — Constituições rígidas e flexíveis. 2 — Conceito de constitucionalidade. Presunção de constitucionalidade. 3 — Origens. Marshall e a inconstitucionalidade das leis. 4 — O Controle no Brasil. As Constituições de 1824 à Emenda Constitucional n.º 1. A legislação pertinente. 5 — Inconstitucionalidade em tese. Sistemas de controle. 6 — O S.T.F. e o controle. A função do Procurador-Geral da República. A liminar. Desistência. 7 — A inconstitucionalidade no Tribunal de Justiça. Prejudicial de inconstitucionalidade. A decisão do juiz singular. 8 — Os efeitos da declaração. O papel do Senado. Apreciação pelo Tribunal de Contas. 9 — Constitucionalidade de tratado ou acordo.

COLABORAÇÃO

DISPONIBILIDADE GRÁFICO-EDITORIAL DA IMPRENSA ESPECIALIZADA

Prof. Roberto Atila Amaral Vieira, Chefe da Divisão Editorial do Serviço de Publicações da Fundação Getúlio Vargas e Professor de Economia Política na Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro.

I. Introdução; II. Ausência de Informação; III. Problemas Peculiares à Imprensa Especializada; IV. Tendências da Indústria Gráfica; V. Conclusões.

DOCUMENTAÇÃO

A PRESIDÊNCIA DO CONGRESSO NACIONAL

I — Emenda Constitucional n.º 1, de 1969. Constituição do Brasil de 1967. II — As Constituições anteriores. III — O Projeto de Constituição e as emendas apresentadas ao seu texto no Congresso Nacional. IV — Resolução do Congresso Nacional n.º 1, de 1967. V — Pareceres de Juristas: 1 — Alfredo Buzald; 2 — Frederico Marques; 3 — José Loureiro Júnior; 4 — Lafayette Pondé; 5 — Miguel Reale; 6 — Paulino Jacques; 7 — Pontes de Miranda. VI — Comentário da Imprensa. VII — Mandado de Segurança impetrado pelo Senador Auro Moura Andrade contra Ato do Presidente da Câmara dos Deputados, para assegurar ao imetrante, Presidente do Senado Federal, a direção das Sessões conjuntas do Congresso Nacional. Decisão do Supremo Tribunal Federal (integral). — Audiência de Publicação de 27 de agosto de 1969).

DOCUMENTAÇÃO

INCOMPATIBILIDADES

Sara Ramos de Figueiredo, Orientadora de Pesquisas Legislativas — Diretoria de Informação Legislativa.

I — Conceito. II — As incompatibilidades nas Constituições brasileiras. III — Casos de incompatibilidades: 1 — Incompatibilidade do mandato de Senador como o exercício do cargo de Prefeito — Senador Lino de Mattos — Senador pelo Estado de São Paulo, eleito para o cargo de Prefeito da capital do mesmo Estado — 1955; 2 — Incompatibilidade do mandato de Senador com o exercício do cargo de Governador: a) Senador Moysés Lupion — Senador pelo Estado do Paraná, eleito para o cargo de Governador do

mesmo Estado — 1956; b) Senador Dinarte Mariz — Senador pelo Estado do Rio Grande do Norte, eleito para o cargo de Governador do mesmo Estado — 1956. IV — Compatibilidade do mandato de Senador com o cargo de Vice-Governador de Estado: Senador Arthur Bernardes Filho — Senador pelo Estado de Minas Gerais, eleito Vice-Governador do mesmo Estado — 1955. V — Compatibilidades e incompatibilidades do mandato com o exercício de missões diplomáticas: 1 — Indicação n.º 5, de 1951 (de caráter geral), do Senador Mozart Lago (consultas à Comissão de Constituição e Justiça; Parecer n.º 396, de 1952, da C.C.J.); 2 — Senador Assis Chateaubriand, nomeado Embaixador Especial e Plenipotenciário junto ao Governo da Grã-Bretanha; 3 — Vigência da Constituição de 1967; Senador Auro Moura Andrade, nomeado Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo da Espanha. VI — Compatibilidades: 1 — Escola Superior de Guerra; 2 — Cargo consultivo e efetivo em instituição de caráter público.

DOCUMENTAÇÃO

A PROFISSÃO DE JORNALISTA

Fernando Giuberti Nogueira, Orientador de Pesquisas Legislativas — Diretoria de Informação Legislativa.

ANO VI — N.º 24 — Outubro a Dezembro de 1969
Preço: Número Especial — 10,00

COLABORAÇÃO

INCONSTITUCIONALIDADE DE DECRETOS-LEIS SOBRE INELEGIBILIDADES

Josaphat Marinho, Senador — Professor da Faculdade de Direito da Universidade da Bahia.
1 — Decreto-Lei n.º 1.069. 2 — Decreto-Lei n.º 1.063. 3 — Emenda Constitucional n.º 1 e *vacatio legis*. 4 — Importância da complementação da Lei. 5 — A Constituição de 1967 e a Emenda n.º 1. 6 — Atos Institucionais. 7 — Derrogação e abrogacão. Atos nulos. 8 — Segurança nacional. 9 — O S.T.F. e o conceito de Segurança Nacional. 10 — O S.T.F. e o Decreto-Lei n.º 314. 11 — Eleições municipais em parte da Federação. 12 — Constituição, decreto-lei e lei delegada. 13 — Inelegibilidades e lei complementar. 14 — Partilha do poder de legislar: delimitação. 15 — Conclusão.

COLABORAÇÃO

ASPECTOS DO PODER JUDICIARIO AMERICANO E BRASILEIRO

Prof. Paulino Jacques

COLABORAÇÃO

"MANDATUM IN REM SUAM"

Domingos Sávio Brandão Lima, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso e Professor Titular da Faculdade Federal de Direito de Mato Grosso.

COLABORAÇÃO

ASPECTOS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

Roberto Rosas, Professor da Universidade de Brasília, da Universidade do Distrito Federal e da Faculdade de Direito do Distrito Federal.

O escopo da criação do Tribunal de Contas. O pensamento de Rui Barbosa. As tentativas anteriores de criação do Tribunal de Contas. As Constituições bra-

sileiras (1824 a 1967). Os problemas da consolidação do Tribunal como instituição. Relação com os outros Poderes. Função jurisdicional. As contas anuais do Executivo federal, estadual, municipal e do D.F. Controle externo e interno. As alterações feitas pelos Decretos-Leis n.ºs 200 e 900. A legalidade das aposentadorias e pensões.

CÓDIGOS

CÓDIGO PENAL

1.ª PARTE: I — Anteprojeto do Ministro Nelson Hungria. II — Exposição de Motivos do Ministro Francisco Campos (Código Penal de 1940). III — Exposição de Motivos do Ministro Gama e Silva (Código Penal de 1969).

2.ª PARTE: Quadro Comparativo: Decreto-Lei número 1.004, de 21 de outubro de 1969 — Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 e legislação correlata.

Aos Srs. Criminalistas, Juristas e Militantes Forenses

O n.º 24 da "Revista de Informação Legislativa" traz amplo estudo sobre o "Código Penal", compreendendo um quadro comparativo, em que são cotejados, em todos os seus dispositivos, o Código Penal vigente e o que terá vigência a partir de 1.º de agosto. Em notas, são assinaladas as alterações sofridas pelo Código Penal de 1940 e a legislação correlata.

DISTRIBUIÇÃO

As obras publicadas pela DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA são distribuídas pelo SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL a:

- órgãos estatais
- Assembleias Legislativas
- Câmaras de Vereadores
- Prefeituras
- bibliotecas públicas
- universidades
- faculdades de Direito
- Embaixadas
- Confederações e Federações de Indústria, Comércio e Agricultura
- autoridades (Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário)

Particulares

Os pedidos devem ser endereçados, acompanhados de cheque visado, pagável na praça de Brasília, ordem de pagamento bancária ou vale postal, a favor do SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL — Praça dos Três Poderes — Caixa Postal n.º 1.503 — Brasília — Distrito Federal.

PREÇOS:

	Cr\$
Número Especial	10,00
Número Avulso	5,00
Número Atrasado	6,00
Assinatura Anual	
Via Superfície	20,00
Via Aérea	40,00

LEGISLAÇÃO DO GOVERNO REVOLUCIONÁRIO

ATOS INSTITUCIONAIS — ATOS COMPLEMENTARES — DECRETOS-LEIS E LEGISLAÇÃO CITADA OU REVOGADA

1º VOLUME CONTENDO 268 PÁGINAS

ATOS INSTITUCIONAIS DE 1 A 4
 ATOS COMPLEMENTARES DE 1 A 37
 DECRETOS-LEIS N.os 319 A 347 E LEGISLAÇÃO CITADA DE 1967 COM ÍNDICE CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO

Preço: Cr\$ 10,00

4º VOLUME CONTENDO 490 PÁGINAS

ATOS INSTITUCIONAIS N.os 8 E 9
 ATO COMPLEMENTAR Nº 51
 DECRETOS-LEIS N.os 481 A 563 E LEGISLAÇÃO CITADA DE 1969 COM ÍNDICE CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO

Preço: Cr\$ 15,00

2º VOLUME CONTENDO 314 PÁGINAS

ATO INSTITUCIONAL Nº 5
 ATOS COMPLEMENTARES N.os 38 A 40
 DECRETOS-LEIS N.os 348 A 409 E LEGISLAÇÃO CITADA DE 1968 COM ÍNDICE CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO

Preço: Cr\$ 10,00

5º VOLUME CONTENDO 336 PÁGINAS

ATO INSTITUCIONAL Nº 10
 ATOS COMPLEMENTARES N.os 52 A 56
 DECRETOS-LEIS N.os 564 A 664 E LEGISLAÇÃO CITADA DE 1969 COM ÍNDICE CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO

Preço: Cr\$ 10,00

3º VOLUME CONTENDO 304 PÁGINAS

ATOS INSTITUCIONAIS N.os 6 E 7
 ATOS COMPLEMENTARES N.os 41 A 50
 DECRETOS-LEIS N.os 410 A 480 E LEGISLAÇÃO CITADA DE 1969 COM ÍNDICE CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO

Preço: Cr\$ 10,00

6º VOLUME CONTENDO 488 PÁGINAS

ATO INSTITUCIONAL Nº 11
 ATOS COMPLEMENTARES N.os 57 A 62
 DECRETOS-LEIS N.os 665 A 804 E LEGISLAÇÃO CITADA DE 1969 COM ÍNDICE CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO

Preço: Cr\$ 15,00

7º VOLUME CONTENDO 290 PÁGINAS

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 1
 ATOS INSTITUCIONAIS N.os 12 A 17
 ATOS COMPLEMENTARES N.os 63 A 67
 DECRETOS-LEIS N.os 805 A 851
 LEGISLAÇÃO CITADA

Preço: Cr\$ 10,00

Trabalho elaborado, revisado e impresso pelo Serviço Gráfico do Senado Federal

NOTA: A distribuição desta obra foi entregue à

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

A quem devem ser endereçados os pedidos:

No Rio de Janeiro: Praia de Botafogo, 190 — ZC-02 e Av. Graça Aranha, 26.
 (Atende pelo Serviço de Reembolso Postal.)

Em São Paulo: Av. Nove de Julho, 2029 — Caixa Postal 5534
 Em Brasília: SQS 104 — Bloco "A" — Loja 11.

1-3-26 88001-6
 4 88001-6

**Serviço Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.503
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,2